



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE FLORESTAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA FLORESTAL

Ana Quelly Anacleto da Silva

**RACISMO AMBIENTAL: EXTRATIVISMO DE PRODUTOS FLORESTAIS NÃO
MADEIREIROS**

Prof. Dra. Gilmara Pires de Moura Palermo
Orientadora

SEROPÉDICA, RJ
MARÇO - 2023



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE FLORESTAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA FLORESTAL

ANA QUELLY ANACLETO DA SILVA

**RACISMO AMBIENTAL: EXTRATIVISMO DE PRODUTOS FLORESTAIS NÃO
MADEIREIROS**

Monografia apresentada ao Curso de Engenharia Florestal, como requisito parcial para a obtenção do Título de Engenheiro Florestal, do Instituto de Florestas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Prof. Dra. Gilmara Pires de Moura Palermo
Orientadora

SEROPÉDICA, RJ
MARÇO - 2023

**RACISMO AMBIENTAL: EXTRATIVISMO DE PRODUTOS FLORESTAIS NÃO
MADEIREIROS**

ANA QUELLY ANACLETO DA SILVA

APROVADA EM: 03/03/2023

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dra. GILMARA PIRES DE MOURA PALERMO – UFRRJ
Orientadora

Prof. Dr. ALEXANDRE MONTEIRO DE CARVALHO – UFRRJ
Membro

Ma. NORMA DA SILVA ROCHA MACIEL – UFRRJ
Membro

Dedico esta monografia ao meu amado avô
Wilson Anacleto da Silva (*in memoriam*), por
toda sua trajetória, ensinamentos e proteção.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus protetores, meus guias, meus anjos, às forças divinas, ao meu Deus, aos que vieram na frente, pela vida, pela saúde, pela prosperidade, pelos caminhos abertos que me fizeram chegar até aqui, e pela força e coragem que me farão abrir novos caminhos.

À minha amada família, por todo o tempo, dedicação, amor, investimento, abdicção, construção, coletividade, perrengues, conquistas e felicidades. **NÓS CONSEGUIMOS!** Sem vocês, nada disso seria possível, obrigada por acreditarem em mim mais do que eu mesma e por me estimularem a não desistir dos meus sonhos, mesmo muito vezes tendo que nadar contra a maré. Eu amo cada um de vocês. Muito obrigada!

À Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e a cidade de Seropédica, onde escolhi para me graduar e morar, e que se tornaram lugares especiais, de muito crescimento, aprendizagem, construção, reflexão por todo o novo contexto social que decidi me inserir. Muito obrigada!

À Professora Gilmara Pires de Moura Palermo, por entrar nessa empreitada comigo, pelo tempo dedicado e pela atenção necessária nesse trabalho coletivo. Muito obrigada!

À Norma da Silva Rocha Maciel, por entrar nessa empreitada comigo, pelo tempo dedicado, pela vontade de trabalhar com as comunidades tradicionais, pela militância, por me apresentar pessoas e territórios maravilhosos. Muito obrigada!

Ao Quilombo da Fazenda, território de resistência que me concedeu a chance de poder somar na luta, mesmo que de forma tão pequena quando comparado aos percalços da vida. Eu sou, porque vocês são. Muito obrigada!

À banca avaliadora deste trabalho, por aceitar nosso convite e ajudar de alguma forma na construção do mesmo.

Aos grupos organizados do Instituto de Florestas, em especial ABEEF, PET e CAEF: estar nesses espaços coletivos foi um dos principais motivos para eu conhecer novas perspectivas de atuação profissional, não entrar nesse surto coletivo da monocultura, e não ter desistido no meio do caminho. Muito obrigada!

À área das Finanças da Conservação e Clima, da SITAWI, pela troca e conhecimento adquiridos nesses últimos tempos, e pela confiança e paciência me concedida nos últimos meses, nas quais me auxiliaram bastante na construção dessa monografia. Muito obrigada!

Ao Grupo de Maracatu Baque da Seda e ao Grupo de Capoeira Angolinha, a ancestralidade pulsou, eu demorei, mas cheguei. Simbora vadiar. Muito obrigada!

À turma de 2015.2 e agregados, em especial Vitória Duarte, Larissa Venturinni, Jorge Vinícius, Mayara Mendes e Erley Bispo: que amizade linda que construímos. Muito obrigada!

À Bárbara Coelho, Natália Paes e Bruna Monteiro e a eterna República Furduncin: vocês foram e são a família que eu escolhi para viver junto, mesmo que agora cada uma morando em uma cidade. Partilhas, aprendizados, maturidades, estudos coletivos, jantas coletivas, terapia coletiva, respeito, amizade, só vem, festas, muiiitaaas festas, viagens. Muito obrigada!

RESUMO

Dada a importância que os Produtos Florestais Não Madeireiros (PFNMS) têm para as comunidades tradicionais e a sociedade em geral, no que diz respeito à segurança alimentar, preservação da saúde, geração de renda e continuidade de saberes ancestrais, o acesso a estes recursos é de fundamental importância para o desenvolvimento local e da subsistência das pessoas diretamente envolvidas em suas cadeias produtivas. Desta forma, o trabalho objetivou realizar um diagnóstico acerca da exploração e produção dos PFNMS, correlacionando-os com aspectos do racismo ambiental. Para isso, foi aplicado um questionário semiestruturado, com perguntas abertas e fechadas, aos moradores do Quilombo da Fazenda, localizado nos limites do Parque Estadual da Serra do Mar – Núcleo Picinguaba (Ubatuba/SP), para levantamento sobre o perfil socioeconômico, ambiental, legislativo e da cadeia produtiva dos PFNMS explorados no território quilombola. Socioeconomicamente aproximadamente 60% dos entrevistados se reconhecem como pessoas pretas e 67% se identificaram como mulheres. 74,1% dos relatos afirmam que “A casa é própria, comprei”, com 3 filhos por pessoa e 3 pessoas por unidade habitacional. Quanto à empregabilidade, 59% disseram que exercem alguma atividade remunerada, enquanto que 37% não exercem atividades remuneradas. Quanto à assinatura da carteira de trabalho, 89% não possuem a formalidade do vínculo empregatício. Desses mesmos entrevistados, 70% afirmaram receber algum benefício do governo. Para a cadeia produtiva dos PFNMS, mais de 60% dos entrevistados sabiam o que eram “Produtos Florestais Não Madeireiros”, a partir do significado literal do nome. O cultivo de espécies é 59,3% oriundos do Manejo de Espécies. Para a confecção de produtos de origem não-madeireira, utilizam-se as folhas, caule (palmito), raiz, galhos, frutos, casca, cipó e sementes, que se transformam em polpas, mudas, peças artesanais, cestaria, cordas, chás e remédios. Quanto à finalidade da extração, 88% dos entrevistados relataram ser para fins alimentícios, seguido por uso medicinal (63%) e para artesanato (51,9%), respectivamente. Cerca de 81,5% não possuem parceria com empresas, indústrias ou comércios locais que vendem seus produtos para um mercado mais amplo, porém 14,8% gostaria de tê-la. Sobre as maiores dificuldades para trabalhar com os PFNMS, os entrevistados pontuaram a qualidade do transporte e do trabalho árduo. 63% obtêm renda menor que meio salário mínimo com os produtos comercializados. Mais de 60% têm conhecimento sobre as leis que regulam a exploração de PFNMS, porém 85% das pessoas não possuem acesso a leis de políticas públicas. Muitos ressaltaram que apenas a morte seria o motivo para saída do lugar. Assim, conclui-se que existe uma continuidade dos saberes ancestrais da produção e colheita de espécies agrícolas e florestais (PFNMS) com o objetivo da subsistência fortalecendo a mão de obra interna e as vendas, proporcionando o turismo de base comunitária. No entanto, dentro de um contexto socioeconômico observa-se uma maior vulnerabilidade social de seus moradores. Sendo assim, compreende-se que no contexto social local, é latente a necessidade da maior atuação do poder público e aplicação de políticas públicas quanto às tomadas de decisão visando combater as injustiças.

Palavras-chave: Produtos Florestais Não Madeireiros (PFNMS). Comunidades tradicionais. Injustiças ambientais.

ABSTRACT

Given the importance that Non-Timber Forest Products (NTFP) have for traditional communities and society in general, with regard to food security, health preservation, income generation and continuity of ancestral knowledge, access to these resources is of fundamental importance for the local development and subsistence of the people directly involved in its productive chains. In this way, the work aimed to carry out a diagnosis about the exploitation and production of NTFPs, correlating them with aspects of environmental racism. For this, a semi-structured questionnaire was applied, with open and closed questions, to the residents of Quilombo da Fazenda, located on the limits of the Serra do Mar State Park - Núcleo Pincinguaba (Ubatuba/SP), to survey the socioeconomic, environmental, legislative and productive chain of NTFPs explored in quilombola territory. Socioeconomically, approximately 60% of respondents recognize themselves as black people and 66.7% identify themselves as women. 74.1% of the reports state that “I own the house, I bought it”, with 3 children per person and 3 people per housing unit. As for employability, 59.3% said that they perform some paid activity, while 37% do not perform paid activities. As for the signature of the work card, 88.9% do not have the formality of the employment relationship. Of these same respondents, 70% claimed to receive some benefit from the government. For the NTFPs production chain, more than 60% of the interviewees knew what “Non-Timber Forest Products” were, based on the literal meaning of the name. Species cultivation is 59.3% from Species Management. For the manufacture of non-timber products, leaves, stems (palm hearts), roots, branches, fruits, bark, vine and seeds are used, which are transformed into pulp, seedlings, handicrafts, basketwork, ropes, teas and medicine. As for the purpose of extraction, 88% of respondents reported that it was for food purposes, followed by medicinal use (63%) and crafts (51.9%), respectively. About 81.5% do not have a partnership with companies, industries or local businesses that sell their products to a broader market, but 14.8% would like to have one. Regarding the greatest difficulties in working with the NTFPs, the interviewees mentioned the quality of transport and hard work. 63% earn less than half the minimum wage with the products sold. More than 60% are aware of the laws that regulate the exploitation of NTFPs, but 85% of people do not have access to public policy laws. Many stressed that only death would be the reason for leaving the place. Thus, it is concluded that there is a continuity of ancestral knowledge of the production and harvest of agricultural and forestry species (NTFPs) with the objective of subsistence, strengthening the internal workforce and sales, providing community-based tourism. However, within a socioeconomic context, a greater social vulnerability of its residents is observed. Therefore, it is understood that in the local social context, there is a latent need for greater action by the government and the application of public policies regarding decision-making aimed at combating injustices.

Keywords: Non Timber Forest Products (NTFP). Traditional Communities. Environmental Injustices.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS.....	viii
LISTA DE FIGURAS.....	ix
1 INTRODUÇÃO.....	1
2 REVISÃO DE LITERATURA.....	1
2.1 Produtos Florestais Não Madeireiros PFNMS.....	3
2.2 Contribuição dos Produtos Florestais para Comunidades Tradicionais... 	3
2.2. Racismo Ambiental na Exploração dos PFNMS.....	4
3 MATERIAL E MÉTODOS.....	6
3.1 Descrição da Área de Estudo	6
3.2 Descrição do Tipo de Pesquisa.....	6
3.3 Perfil Socioeconômico e PFNMS.....	7
3.4 Diagnóstico Sobre Racismo Ambiental.....	7
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	8
4.1 Perfil socioeconômico do Território do Quilombo da Fazenda.....	8
4.2 A Cadeia Produtiva dos Produtos Florestais Não-Madeireiros.....	10
4.3 A Exploração dos PFNMS e o Racismo Ambiental.....	14
5 CONCLUSÕES.....	18
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	19
APÊNDICE A – Formulário Aplicado à Comunidade como Metodologia do Trabalho.....	23
ANEXOS.....	30

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Espécies cultivadas pelos entrevistados do Quilombo da Fazenda.....	10
--	----

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Localização geográfica do Parque Estadual da Serra do Mar e do Quilombo da Fazenda.....	6
Figura 2. Perfil socioeconômico dos participantes da comunidade do Quilombo da Fazenda, de acordo com o reconhecimento étnico racial (A), a idade (B).....	8
Figura 3. Representação de Gênero no Território	9
Figura 4. Atividade remunerada. Porcentagem dos entrevistados que exercem atividade remunerada (A), e porcentagem dos entrevistados que possuem assinatura da carteira de trabalho (B)	9
Figura 5. Resultado da pergunta “Você sabe o que são PFNMS? ”.....	10
Figura 6. A estrutura da Casa de Farinha localizada à direita da foto e da Casa de Artesanato, localizada à esquerda	13
Figura 7. Produtos artesanais expostos e comercializados na Casa de Artesanato. A) Biojóias feita de sementes, e bambu. B) Cestarias feitas de taboa, cipó timbopeva e Imbé, bem como, descanso de panela, luminárias e esteiras expostas em estante para venda direta ao consumidor.....	14
Figura 8. Quilombola realizando a extração de Taboas (<i>Typha domingensis</i>), com os pés descalços no taboal.....	15
Figura 9. Percentual referente à renda obtida da comercialização dos PFNMS.....	16
Figura 10. Informação quanto ao conhecimento sobre as leis que regulam a exploração de PFNMS.....	16

1. INTRODUÇÃO

A partir do desenvolvimento econômico capitalista no qual o mundo está atualmente inserido, ocorre uma tendência de aumento da exploração dos recursos naturais, o que acarreta um conflito entre a conservação da natureza e a necessidade de transformar áreas preservadas em lugares que possam gerar retorno econômico. No entanto, sabe-se que a exploração dos recursos naturais gera perda da biodiversidade e acentua impactos socioambientais, tais como, a degradação da natureza, de culturas não-capitalistas e do ser humano que as compõem (HERCULANO, 2006). Dessa forma, torna-se necessária a conservação da biodiversidade como forma de garantir a manutenção dos processos ecológicos, as relações socioambientais entre ser humano e natureza e o fortalecimento da provisão de serviços ecossistêmicos.

Em relação aos serviços ecossistêmicos, considera-se que estes sejam de fundamental importância para sustentar e manter a vida no planeta e podem ser definidos como “processos naturais que garantem a sobrevivência das espécies no planeta e têm a capacidade de prover bens e serviços que satisfazem necessidades humanas” (GROOT et al., 2002). Eles estão divididos em quatro categorias, tais como: i) serviço de provisão, que incluem alimentação, água, madeira, fibras e materiais usados como combustíveis; ii) serviços de regulação, como regulação de inundações, secas, degradação da terra e doenças; iii) serviços de apoio, como formação de solo e ciclagem de nutrientes; e iv) serviços culturais, como recreativos, espirituais e outros benefícios imateriais (MA, 2005; FERRAZ et al., 2019).

Dentro de serviços ecossistêmicos destacam-se os Produtos Florestais Não Madeireiros (PFNMS), que são “bens de origem biológica diferente da madeira, derivados de florestas, outras terras arborizadas e árvores fora das florestas” (FAO, 1999; SORRENTI, 2017). Eles são utilizados por milhares de pessoas ao redor do mundo, quer seja para sua subsistência e/ou geração de renda. De acordo com a FAO (2018) cerca de 80% da população mundial em desenvolvimento usa os Produtos Florestais Não Madeireiros para suprir suas necessidades nutricionais e de saúde. No Brasil, em 2021, o valor produzido pelo extrativismo alcançou R\$ 6,2 bilhões de reais (IBGE, 2022). Dentro dessa realidade, as mulheres chefes de casa, que estão em maior vulnerabilidade socioeconômica, geralmente são aquelas que dependem mais dos PFNMS para uso doméstico e geração de renda.

Os Produtos Florestais Não Madeireiros (PFNMS), em 2011, geraram no mundo, uma receita de US\$ 88 bilhões, sendo US\$ 77 bilhões provenientes do consumo de PFNMS de origem vegetal (FAO, 2018). “Esses produtos fornecem alimentos, renda e diversidade nutricional para um em cada cinco pessoas em todo o mundo, principalmente mulheres, crianças, agricultores sem-terra e outros em situações vulneráveis” (SORRENTI, 2017).

Historicamente, os PFNMS são componentes essenciais para a garantia de acesso à fatores da segurança alimentar, redução da pobreza e incentivo à conservação ambiental, garantindo a melhoria da qualidade de vida das populações que vivem na floresta e em seu entorno (SILLS et al., 2011), além de promover fontes de recursos financeiros para comunidades e a construção e fortalecimento de localidades ambientalmente mais justas.

Sabe-se que justiça ambiental é “o conjunto de princípios que asseguram que nenhum grupo de pessoas, sejam grupos étnicos, raciais ou de classe, suporte uma parcela desproporcional de degradação do espaço coletivo” (ASCELRAD et al., 2004).

Assim, baseado nesse princípio, nasceu nos Estados Unidos, na década de 1970, a luta pela Justiça Ambiental, incorporada pela efervescência dos movimentos sociais pelos direitos civis das populações afrodescendentes, onde o objetivo principal da luta era atender as demandas dos grupos sociais mais vulneráveis (pobres, negros, latinos), os quais clamavam por soluções que atendessem suas condições de maior exposição aos riscos ambientais (ASCELRAD et al., 2004). Compreendendo o racismo como forma de discriminação, onde a raça é o principal fundamento da ação, que se manifesta através de práticas conscientes ou não, gerando desvantagens para certos grupos (ALMEIDA, 2018), as classes sociais mais vulneráveis compreenderam que os empreendimentos poluentes e perigosos eram direcionados especificamente para locais onde existia um padrão das características raciais, por isso o termo racismo ambiental (OBSERVATÓRIO DO CLIMA, 2022).

No Brasil, o marco pelo conceito de Justiça Ambiental se apresenta a partir dos anos 2000, embora o movimento por justiça ambiental seja identificado pelo histórico de luta e resistência dos movimentos sociais, como o caso do ambientalista Chico Mendes, das quebraadeiras de babaçu, dos atingidos por barragens, dentre outros conflitos nos quais são resultados do modo capitalista de produção (SANTOS, 2014). Com o ocorrido do desastre ambiental, na cidade de Mariana (MG), o termo racismo ambiental ganhou maior popularidade e visibilidade nacional, a partir do ano de 2015.

Uma vez que os PFNMS produzem recursos importantes para a sociedade civil que os utilizam para sua segurança alimentar, preservação da saúde e fonte de renda para sua subsistência econômica, o trabalho visa levantar informações sobre como a comunidade tradicional do *Quilombo da Fazenda* acessa e escoia esses recursos, e quais são as condições socioeconômicas que a mesma está inserida.

Baseado nesse contexto, o trabalho tem como objetivo geral de realizar um diagnóstico acerca da exploração e produção dos PFNMS, correlacionando-os com aspectos do racismo ambiental. Como objetivos específicos, o trabalho visa 1) realizar uma caracterização sobre o perfil socioeconômico, ambiental e da cadeia produtiva dos PFNMS explorados pela comunidade tradicional 2) Levantar informações por parte dos atores envolvidos sobre o atendimento ou não dos quesitos legislativos e políticas públicas que permeiam a extração e escoamento desses produtos 3) Relacionar as informações coletadas com os quesitos do racismo ambiental.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1. Produtos Florestais Não Madeireiros (PFNMS)

De acordo com o Ministério do Meio Ambiente (BRASIL, 2020) os Produtos Florestais não Madeireiros (PFNMS) são aqueles oriundos de florestas, sendo materiais não lenhosos de origem vegetal, tais como cipós, resinas, óleos, sementes e plantas ornamentais, que englobam serviços sociais e ambientais, gerando benefícios para a manutenção da floresta. Esses produtos possuem diferentes e diversos fins, tanto pelas populações extrativistas, quanto para os espaços urbanos – embora em menor intensidade - onde são comercializados em forma de alimento, medicamentos, cosméticos, móveis, utensílios, bijóias, entre outros (EMBRAPA, 2012).

Nas últimas décadas as crescentes pesquisas realizadas pelo governo e pelas iniciativas de Organizações Não-Governamentais (ONGs), explanaram cada vez mais o potencial que os PFNMS desempenham na complementaridade à madeira e à agricultura nos meios de subsistência rurais (SHANLEY; PIERCE; LAIRD, 2005).

Dada sua importância e relevância socioambiental, observou-se uma crescente valorização dos atributos ofertados aos PFNMS, com as proposições de que os mesmos contribuem de forma importante para os meios de subsistência e bem-estar das populações que vivem adjacentes às florestas, assim como de que a exploração de PFNMS é menos danosa aos ecossistemas quando comparada à extração de outros usos florestais e de que a colheita comercial de PFNMS deve amplificar o valor das florestas tropicais, aumentando os incentivos para manter a mesma em pé (ARNOLD et al., 2001). Desta forma, esta visão estimulou o mercado para os PFNMS, ocasionando na intensificação do interesse pelo manejo de florestas focado nesse tipo de produção específica e impulsionou diversos estudos com diferentes focos e perspectivas (ARNOLD et al., 2001).

Apesar desse panorama geral, observa-se também que ocorre um mau uso ou comercialização desses recursos, a partir das más práticas de manejo, do tipo de retorno econômico no qual é considerado insuficiente para os manejadores e pela falta de políticas públicas que apoiem essa comercialização (STEELE et al., 2015).

Sendo assim, o manejo sustentável de PFNMS, além de assegurar a conservação das florestas, apresenta relevante importância socioeconômica, já que é uma fonte alternativa de renda para as populações rurais, onde prevalece a paisagem de pequenas propriedades rurais (FIEDLER et al., 2008).

De acordo com a (FAO, 2022), frear o desmatamento, implementar Agroflorestas para recuperar terras degradadas e fazer o uso sustentável de florestas junto com a construção de cadeias de valor verde, faria com que houvesse uma maior resiliência ambiental e criação de oportunidades de emprego e meios de subsistências mais seguros, para populações socialmente marginalizadas.

2.2. Contribuição dos Produtos Florestais para Comunidades Tradicionais

A utilização de produtos advindos da floresta, tais como, cipó, cascas, raízes, exsudados, folhas e frutos sempre foram importantes para os povos tradicionais. De acordo com Monteiro (2021), nos países em desenvolvimento, existem populações denominadas de populações tradicionais que se diferem dos demais por terem sua forma de vida baseada na cooperação social e relações próprias com a natureza. Essas populações apresentam uma relação direta com os ecossistemas ao qual pertence, tendo seus costumes e singularidades culturais que se

perpetuam no tempo e no espaço, sendo impossível dissociar o conhecimento tradicional dessa população dos PFNMS.

Sendo assim, o conhecimento tradicional associado aos PFNMS, junto à confluência de políticas públicas necessárias, fomenta a valorização cultural e bem-estar da população, reinventando e fortalecendo tradições que serão transmitidas para futuras gerações, de modo a valorizar seus costumes culturais e ambientais (MONTEIRO et al., 2013).

Em concordância com (GIATTI et al., 2021), não há dúvidas de que as atividades extrativistas conseguem fornecer alimentos para a culinária local, compostos para a medicina ancestral, e matérias primas para construções de moradias e objetos de grande utilidade, que respeitem e valorizem os saberes tradicionais. Não deixando de lado, o trabalho árduo que se faz presente na coleta dos PFNMS, mas que emerge de um ato de resistência e da defesa das florestas e de um modo de vida.

Como observado no território objeto deste estudo, o Quilombo da Fazenda, inicialmente foi povoado por escravizados refugiados com descendência africana, que perpetuaram a tradição de subsistência por meio dos cultivos agrícolas em pequenas lavouras, através da rotação de terra e da prática da pesca artesanal. Por meio dessas ações, moldou-se socialmente a região do litoral norte paulista, a qual é composta por comunidades tradicionais de pescadores artesanais, pequenos agricultores, caiçaras, indígenas e quilombolas (SANTOS et al., 2013), perpetuando as práticas florestais e agrícolas ensinadas pelos seus antepassados, assim como incorporando melhor para a comunidade, atividades inseridas dentro do contexto do turismo de base comunitária da comercialização dos PFNMS (FIOCRUZ, 2023).

Como citado por (Gonçalves et al., 2019), as principais atividades remuneradas dentre a relação das comunidades tradicionais com os PFNMS, são a confecção de biojóias e artesanatos, fortalecendo o protagonismo feminino e a incidência da visita de turistas em territórios que antes não eram atrativos ao olhar do público externo.

Sendo assim, o contexto de trabalho para com os PFNMS, fortalece não só a cadeia de valor dos produtos e o resgate histórico-cultural, como também consegue estruturar um maior e melhor protagonismo da comunidade, perante às organizações do associativismo e cooperativismo comunitário, gerando um melhor modelo profissionalizante para as atividades realizadas (FIEDLER et al., 2008).

2.3 Racismo Ambiental na Exploração dos PFNMS

A partir das nuances sobre o que é o racismo, compreende-se como uma forma de discriminação, onde a raça é o principal fundamento da ação, que se manifesta através de práticas conscientes ou não, gerando desvantagens para certos grupos (ALMEIDA, 2018). Quando observamos a interseccionalidade do racismo, chegamos ao ponto do racismo ambiental, que é compreendido a partir da perspectiva econômica e social, no qual a maior carga das injustiças sociais e ambientais, recaem sobre grupos étnicos vulnerabilizados e sobre outras comunidades, nas quais as discriminações permeiam sua “raça”, “origem” ou “cor” (PACHECO, 2014). Se tratando de racismo ambiental no Brasil, é preciso levar em consideração que o país possui um histórico de formação marcado pela escravidão, pela dominação de grupos étnicos-raciais e por um processo abolicionista não verdadeiramente emancipatório (MENEHINI et al., 2020), e enquanto persistir a colonialidade, existirá o racismo já que é uma ideologia aplicada para grupos minoritários e não hegemônicos, que não ocuparão lugares de poder dentro dos pilares da economia capitalista (SOUZA; SILVA, 2021).

Neste contexto, destacam-se os grupos minoritários, principalmente as comunidades tradicionais e originárias, que foram submetidos durante o processo de formação do território brasileiro, às políticas governamentais que muitas vezes afirmam o controle do estado sobre o recurso florestal, ou anulam os direitos locais, enfraquecendo as entidades de nível comunitário que possuem o conhecimento tradicional de uso da floresta (ARNOLD et al., 2001).

Esses mesmos grupos, detentores do conhecimento tradicional são marginalizados e continuam não possuindo uma participação equitativa no desenvolvimento e nos benefícios econômicos da extração de recursos naturais. E além dessa condição, estão sujeitos à graves violações de seus direitos humanos como o direito à vida; igualdade racial; acesso à saúde e a um ambiente saudável; à água; à liberdade de expressão; participação de processos políticos; e a condições justas e favoráveis de trabalho (ONU, 2022).

Isso, às vezes ocorre devido políticas governamentais que podem restringir esforços locais, que potencializam o uso e comercialização dos PFNMS em comunidades tradicionais, já que as mesmas cumprem com os objetivos da conservação, preservação e ao mesmo tempo podem limitar a produção e venda de PFNMS (DEWEES; SCHERR, 1995).

Sendo assim, o acesso realizado por meio das políticas públicas para os manejos comunitários, devem ser agrupadas para aumentar o direito de acesso aos recursos naturais, terras e serviços, além de evitar a subvalorização da floresta e aumentar a organização e a mobilização comunitária (AMARAL et al., 2005).

As ações públicas que apoiem a implantação de instalações de beneficiamento nas comunidades, devidamente equipadas, com o apoio mínimo à comercialização dos PFNMS, são tão necessárias quanto a criação de pesquisas que otimizem os processos de extração desses produtos (MARSHALL et al., 2005).

É preciso reconhecer as particularidades de cada região e definir as melhores estratégias de conservação produtiva para as comunidades. A formação das associações extrativistas, por meio de organização interna, instalação de infraestrutura social e comunitária e a melhoria da capacidade produtiva são ações indispensáveis para o fortalecimento das comunidades (FERNANDES et al., 2020).

Uma vez que, frequentemente, famílias tradicionais pobres com baixa renda dependem mais das florestas para lidar com momentos extremos, em comparação com famílias de maiores recursos, que têm outras opções de respostas econômicas, essas famílias tradicionais são mais propensas a usar a floresta como uma rede de segurança (IUFRO, 2021), torna-se aconselhável a partição associativa para permanência e desenvolvimento socioeconômico da comunidade.

3. MATERIAL E MÉTODOS

3.1 Descrição da Área de Estudo

O estudo foi realizado no Quilombo da Fazenda, que fica localizado no extremo norte do Parque Estadual da Serra do Mar (PESM) – Núcleo Picinguaba, com coordenadas geográficas 23° 27' 50" e 23° 15' 00" S, e 45° 15' 00" e 44° 43' 30" W, onde abrange 80% do território total do município de Ubatuba (SP), que corresponde uma área de aproximadamente 790 hectares (Figura 1).

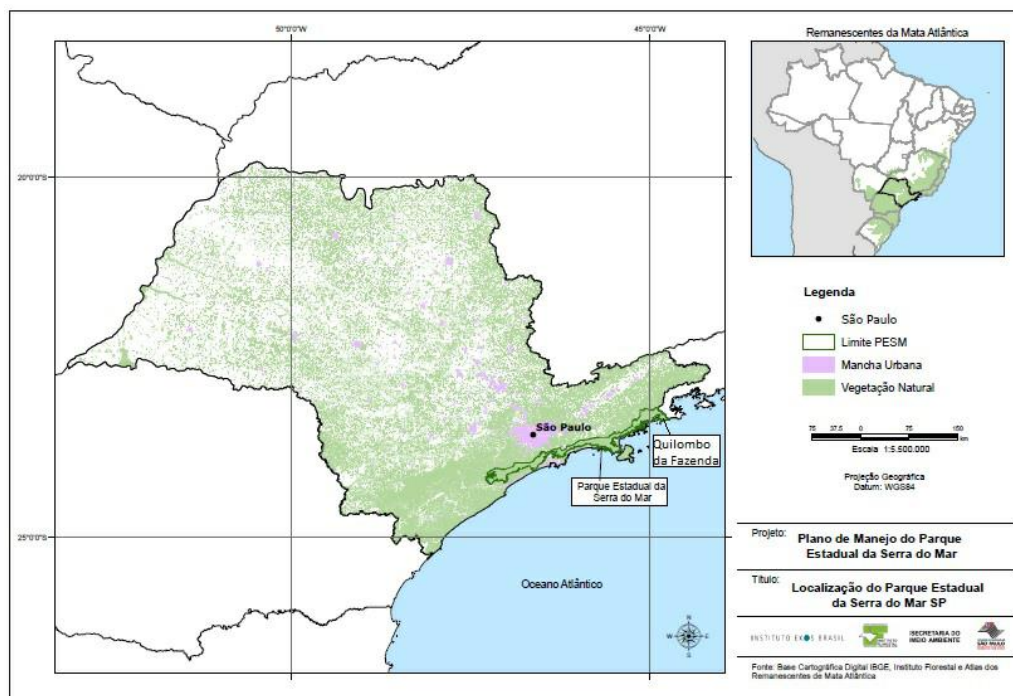


Figura 1. Localização geográfica do Parque Estadual da Serra do Mar e do Quilombo da Fazenda. Adaptado de Base Geográfica Digital IBGE, Instituto Florestal; Atlas dos Remanescentes da Mata Atlântica. **Fonte:** Fundação Florestal (2023). Mapa 01 localização do PESH.

O Núcleo é um importante lugar territorial e encontra-se inserido num contexto de significativos remanescentes da Mata Atlântica e no qual conta com a presença de comunidades tradicionais caiçaras e quilombolas, que resistem em manter suas tradições histórico-culturais locais. O tipo de vegetação da região é ombrófila densa e o clima caracteriza-se por chuvas intensas com alta precipitação, distribuídas ao longo do ano, com média anual máxima de 23,5°C e mínima de 17,7°C (CLIMATE DATA, 2021).

3.2 Descrição do Tipo de Pesquisa

A pesquisa desenvolvida neste trabalho teve cunho descritivo, com abordagens qualitativas, tendo aspecto de pesquisa ação, de caráter participativo onde se propôs observar, levantar problemas, analisar e mensurar os aspectos referentes ao racismo ambiental no extrativismo de PFNMS. Para isso, foi feito por meio de um questionário, um levantamento do perfil socioeconômico e de extração/produção/comercialização desses produtos pela comunidade do Quilombo da Fazenda, Ubatuba/SP.

Além disso, foi feito um levantamento bibliográfico sobre o tema, onde utilizou-se os banco de dados *Scielo*, Google Acadêmico e Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (CAPES) e palavras-chave “*non timber forest products*”, “*non wood forest products*”, “produtos florestais não-madeireiros”, “*traditional communities*”, “comunidades tradicionais”, “*environmental justice*”, “justiça ambiental”, “racismo ambiental” e “*environmental racism*”.

3.3 Perfil Socioeconômico e PFNMS

Para levantar o perfil socioeconômico, os participantes da pesquisa responderam um questionário semiestruturado, composto por perguntas abertas e fechadas, subdividido em duas seções:

- Seção 1 - Questões relacionadas ao perfil socioeconômico da comunidade tradicional do Quilombo da Fazenda (Apêndice A).

- Seção 2 - Questões sobre a cadeia produtiva dos PFNMS realizada pelos atores envolvidos no estudo, assim como, o acesso aos quesitos legislativos que permeiam extração e escoamento dos produtos pelos mesmos. Essa sessão também contou com perguntas complementares a possíveis análises sobre o quesito do Racismo Ambiental (Apêndice A).

Como o projeto envolve a experimentação com seres humanos, segundo a Resolução nº 466/2012 da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP, 2012), o projeto foi submetido ao Comitê de Ética na Pesquisa (CEP) em Seres Humanos da Plataforma Brasil para aprovação, que emitiu parecer favorável, autorizando o desenvolvimento da pesquisa. O parecer de aprovação de número 5.890.690, com o CAAE nº 65012922.4.0000.8044 encontra-se disponível no Anexo 1. Além do parecer CEP, a pesquisa foi consentida pelo representante da comunidade local (Anexo 1).

Os dados foram levantados a partir de visita feita ao território no mês de fevereiro de 2023. O convite foi feito aos moradores do território através de abordagem formal, explicando que sua participação na pesquisa tinha caráter voluntário e se baseava nos princípios éticos descrito na Resolução nº 466/2012 e precisava ter o seu prévio consentimento ou autorização de participação, por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Anexo 2). Este foi encaminhado antecipadamente para o representante da comunidade local e também lido e explicado aos participantes da pesquisa. Nas perguntas abertas, era ressaltado um tema central para encaminhamento da conversa, porém a entrevista era feita de forma informal, para que assim o diálogo pudesse ser livre, com maior confiança entre a entrevistadora e entrevistado, e com maior detalhamento e riqueza das informações dadas. O formulário foi aplicado aos moradores do território, incluindo os líderes comunitários, de tal forma a manter seus anonimatos e a imparcialidade de seus relatos.

3.4 Diagnóstico Sobre Racismo Ambiental

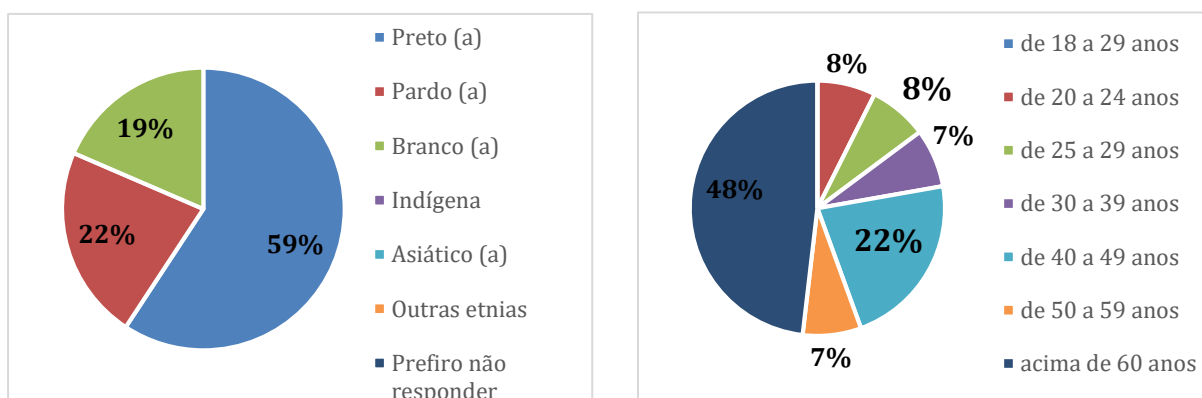
O diagnóstico foi elaborado, com base na análise das respostas das questões levantadas na seção 1 e 2 do formulário (Apêndice A) e correlacionadas ao racismo ambiental.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1. Perfil socioeconômica do Território do Quilombo da Fazenda

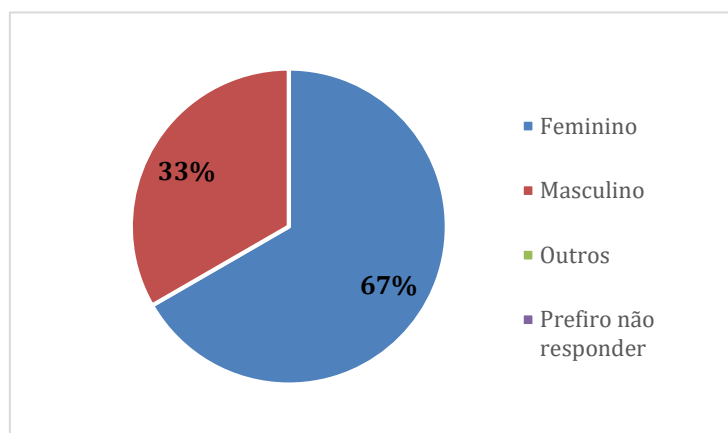
A partir das perguntas aplicadas, nota-se que aproximadamente 60% das pessoas entrevistadas se reconhecem étnico-racialmente como pessoas pretas (Figura 2). Essa informação foi coletada, com o objetivo de compreender qual a relação de pertencimento dos quilombolas perante a tonalidade de suas peles. Percebe-se também, a composição de um território que é integrado por moradores que permeiam a fase da terceira idade, correspondendo a faixa etária acima de 60 anos (Figura 2). Durante as visitas de campo, foi observado a presença de pessoas que nasceram, cresceram e se desenvolveram no local, oriundas de gerações anteriores nas quais fizeram resistência diante dos impasses em relação à criação e implementação do PESH. O presente trabalho não coletou informações de pessoas menores de 18 anos, visto que considerou o Art.5º da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (BRASIL, 2022), que trata o menor de idade inabilitado para praticar todos os atos da vida civil e cessa incapacidade de existência de relação de emprego para menores de 18 anos.

Figura 2. Perfil socioeconômico dos participantes da pesquisa do Quilombo da Fazenda.



A atuação feminina é um forte fator social no território, onde são elas que estão de frente na liderança e realização das atividades domésticas, na mesma proporção que estão envolvidas com as atividades da roça e da comercialização dos PFNMS, dentro e fora do Quilombo. Dos entrevistados, 67% se identificaram como mulheres (Figura 3). Também foi observado nas declarações, que o público ativo no qual está completando seus estudos, é majoritariamente feminino. No território existe a Escola Quilombola, que atualmente apenas atua com o programa de Ensino de Jovens e Adultos (EJA), que visa formar pessoas que não completaram o ensino fundamental e/ou médio na idade prevista. O espaço só funciona no período noturno, e conta com uma quilomboteca para as crianças brincarem enquanto seus responsáveis estudam. Mais da metade dos entrevistados possuem o Ensino Fundamental Incompleto. Durante a primeira e segunda infância (correspondendo do 0 até os 10 anos de idade), esses indivíduos não frequentavam a escola porque a prioridade para a época, era cuidar dos irmãos mais novos, ajudar os pais nas atividades da roça e na obtenção de renda para sustento da família. Isso quando existia a possibilidade de frequentar uma unidade escolar, por muitas declarações, foi dito que até o acesso inicial à educação não foi realizado.

Figura 3. Representação de gênero no território

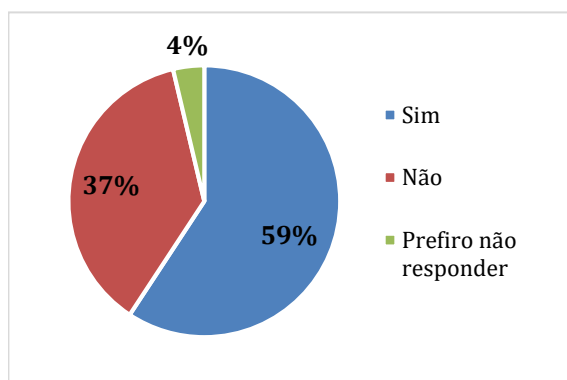


A média de filhos das pessoas entrevistadas, ficou de um a três filhos por pessoa, assim como a quantidade de indivíduos que moram numa mesma casa. A partir do plano de manejo do parque, não é possível a realização de compra e venda de imóveis dentro das suas fronteiras, o que significa dizer que os 74,1% dos relatos que afirmaram que “A casa é própria, comprei”, na verdade expuseram que a casa era própria pela fato de terem construído no terreno de familiares que já habitavam o território. Essa construção faz com que o imóvel seja de posse do estado, acarretando a não existência de um documento de posse individual para cada residência.

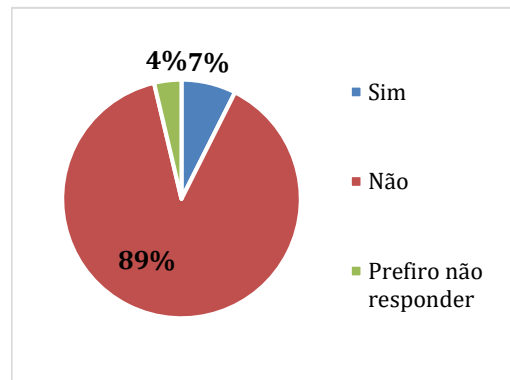
Quanto aos quesitos relacionados à empregabilidade, 59% (Figura 4) dos entrevistados disseram que exercem alguma atividade remunerada, enquanto que 37% não exercem atividades remuneradas. Quanto à assinatura da carteira de trabalho, 89% (Figura 4) disseram não possuir a formalidade do vínculo empregatício. Ressalta-se que a partir desse dado, ocorre a reflexão de como os quilombolas estão submetidos às condições de trabalho não respaldadas pelas leis trabalhistas, visto que não ocorre um amparo do poder público, nem para as ações presentes, nem para as ações futuras como acesso à aposentadoria e outros trâmites legais.

Figura 4. Questões de empregabilidade no território, quanto à atividade remunerada (A) e a assinatura da carteira de trabalho (B).

(A)



(B)



Desses mesmos entrevistados, 70% afirmaram receber algum benefício do governo, nos quais são representados pelo Auxílio Brasil (antigo Bolsa Família), pelo Vale Gás (programa de auxílio à compra do gás de cozinha) e pela aposentadoria. Notou-se que o território não possui um alto poder aquisitivo, grande parte dos entrevistados possuem como renda menos que meio salário mínimo, considerando reajuste dado pelo governo para o ano de 2023, e sendo atualmente o valor de mil trezentos e dois reais. O resultado se acopla e se justifica com a informação referente à ausência da assinatura da carteira de trabalho, que faz com que suas rendas mensais não sejam fixas, da mesma forma de que seus direitos trabalhistas não sejam garantidos.

4.2. A cadeia produtiva dos Produtos Florestais Não-Madeireiros

Dada a importância dos PFNMS para as comunidades tradicionais, buscou-se compreender quais as relações da própria comunidade com todo o ciclo que se inicia desde a produção de espécies vegetais, até a comercialização de produtos oriundos dessas espécies. Mais de 60% dos entrevistados sabiam o que eram “Produtos Florestais Não Madeireiros”, a partir do significado literal do nome (Figura 5). Os entrevistados que não sabiam responder a essa pergunta, foram questionados sobre o que eles imaginavam ser e as declarações permearam “Acredito ser alguma coisa que não seja madeira”; “talvez o fruto da árvore”; “acredito que tudo da planta sem ser a madeira”. Isso mostra que as definições enquanto etimologia acadêmica nem sempre condiz com os modos de vida, comunicação e saber empírico tradicional.

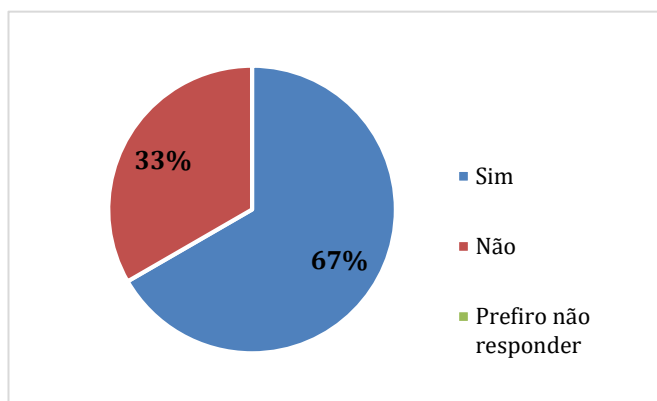


Figura 5. Resultado da pergunta “Você sabe o que são PFNMS?”.

Os quilombolas entrevistados, citaram as principais espécies que são manejadas e cultivadas em suas propriedades, de acordo com seus nomes populares. As mesmas também foram organizadas e apresentadas em forma de listagem, de acordo com seus respectivos nomes científicos e famílias botânicas. Além dos Produtos Florestais Não Madeireiros, também foram considerados produtos agroextrativistas (Tabela 1).

Tabela 1. Espécies cultivadas pelos entrevistados do Quilombo da Fazenda.

	Nome Popular	Nome Científico	Família Botânica
1	Abacate	<i>Persea americana Mill</i>	Lauraceae
2	Abacaxi	<i>Ananas comusus (L.)</i>	Bromeliaceae

3	Açafrão	<i>Crocus sativus</i>	Iridaceae
4	Acerola	<i>Malpighia puniceifolia</i>	Malpighiaceae
5	Agave	<i>Agave sisalana</i>	Asparagaceae
6	Aipim (mandioca)	<i>Manihot esculenta</i>	Euphorbiaceae
7	Alfavaca	<i>Ocimum basilicum</i>	Lamiaceae
8	Amora-silvestre	<i>Rubus fruticosus</i>	Rosaceae
9	Araçá-Boi	<i>Eugenia stipitata</i>	Myrtaceae
10	Araçá-do-Cerrado	<i>Psidium firmum O. Berg</i>	Myrtaceae
11	Babosa	<i>Aloe vera</i>	Xanthorrhoeaceae
12	Bambu	<i>Bambusa tuldoides</i>	Poaceae
13	Banana	<i>Musa paradisiaca L.</i>	Musaceae
14	Batata Doce	<i>Ipomoea batatas</i>	Convolvulaceae
15	Cacau	<i>Theobroma cacao L.</i>	Sterculiaceae
16	Café	<i>Coffea arabica L.</i>	Rubiaceae
17	Cambuci	<i>Campomanesia phaea</i>	Myrtaceae
18	Cará	<i>Dioscorea bulbifera</i>	Dioscoreaceae
19	Cipó Imbé	<i>Thaumatococcus bipinnatifidum</i>	Araceae
20	Cipó-Timbopeva	<i>Philodendron Crassinervium</i>	Araceae
21	Cupuaçu	<i>Theobroma grandiflorum</i>	Malvaceae
22	Erva Baleeira	<i>Cordia verbenacea</i>	Boraginaceae
23	Feijão	<i>Phaseolus vulgaris</i>	Fabaceae
24	Gengibre	<i>Zingiber officinale</i>	Zingiberaceae
25	Goiaba	<i>Psidium guajava Raddi</i>	Myrtaceae
26	Graviola	<i>Annona muricata</i>	Annonaceae
27	Grumixama	<i>Eugenia brasiliensis</i>	Myrtaceae
28	Ingá	<i>Inga sessilis (Vell.) Mart</i>	Mimosaceae
29	Inhame	<i>Dioscorea alata L.</i>	Dioscoreaceae
30	Ipê-Amarelo	<i>Handroanthus chrysotrichus</i>	Bignoniaceae
31	Jabuticaba	<i>Myrciaria cauliflora</i>	Myrtaceae

32	Jaca	<i>Artocarpus heterophyllus Lam.</i>	Moraceae
33	Jambo	<i>Syzygium jambos</i>	Myrtaceae
34	Jaracatiá	<i>Jacaratia spinosa</i>	Caricaceae
35	Jatobá	<i>Hymenaea courbaril L.</i>	Fabaceae
36	Laranja	<i>Citrus × sinensis</i>	Rutaceae
37	Limão-Cravo	<i>Citrus limonia Osbeck</i>	Rutaceae
38	Manga	<i>Mangifera indica</i>	Anacardiaceae
39	Mexirica	<i>Citrus reticulata Blanco</i>	Rutaceae
40	Milho Palha-Roxa	<i>Zea scientifically</i>	Poaceae
41	Olho-de-Boi	<i>Ormosia arborea</i>	Fabaceae
42	Olho de Dragão (Pitomba)	<i>Talisia esculenta</i>	Sapindaceae
43	Palmeira Pati	<i>Syagrus botryophora</i>	Arecaceae
44	Palmito Juçara	<i>Euterpe edulis Mart</i>	Arecaceae
45	Pimenta	<i>Capsicum spp.</i>	Solanaceae
46	Pitanga	<i>Eugenia uniflora</i>	Myrtaceae
47	Pupunha	<i>Bactris gasipaes</i>	Arecaceae
48	Seriguela	<i>Spondias purpurea</i>	Anacardiaceae
49	Taboa	<i>Typha domingensis</i>	Typhaceae
50	Taioba	<i>Xanthosoma sagittifolium</i>	Araceae
51	Urucum	<i>Bixa orellana</i>	Bixaceae

Grande parte do cultivo das espécies (59,3%) são oriundos do Manejo de Espécies. Esse tipo de manejo é atribuído a pequenos agricultores que a utilizam como forma de obter sua fonte de subsistência, tanto econômica quanto alimentícia. Dentro das declarações fornecidas, percebe-se a grande ocorrência dos Sistemas Agroflorestais, que é um sistema de produção no qual conseguem alinhar à integração intencional de árvores e outras espécies vegetais perenes e lenhosas, com os sistemas agropecuários, quando requerido pelo agricultor (IUFRO, 2022).

Para a produção de produtos de origem não-madeireira, utilizam-se as folhas, caule (palmito pupunha), raiz, galhos, frutos, casca, cipó e sementes, que se transformam em polpas, mudas, peças artesanais, cestaria, cordas, chás e remédios. Quanto à finalidade da extração, 88% dos entrevistados relataram ser para fins alimentícios, seguido por uso medicinal (63%) e para artesanato (51,9%) respectivamente. Esse resultado corrobora com o fator dos PFNMS serem importantes ferramentas a favor da segurança e soberania alimentar das populações tradicionais, além de ser um forte agente para a manutenção e propagação dos costumes

quilombolas, quando colocados em cheque as práticas medicinais e de cura por meio da própria natureza.

Quanto ao escoamento do que é produzido, grande parte dos entrevistados não escoam a produção para lugares fora do território, aqueles que escoam, muitas vezes utilizam carro próprio, ou pagam uma pessoa que possui algum meio transporte próprio para fazer o deslocamento do produto. Os locais de comercialização dos PFNMS se concentraram em pontos específicos de comercialização, como no caso da Casa de Farinha e na Casa de Artesanato do Quilombo (Figura 6).



Figura 6. A estrutura da Casa de Farinha localizada à direita da foto e da Casa de Artesanato, localizada à esquerda. (Fonte: Autora).

A venda direto ao consumidor também foi um ponto bastante relatado pelos moradores locais, onde os próprios turistas que visitam o quilombo conseguem adquirir os produtos, que são anunciados nas entradas das casas, placas durante o caminho da estrada ou na partilha de informações dadas por outros moradores. As feiras que ocorrem no centro da cidade de Ubatuba, também foram locais citados pelos entrevistados, como pontos estratégicos para a comercialização dos produtos, principalmente quando ocorrem em datas comemorativas e feriados, visto que são lugares simples e que proporcionam um maior contato entre produtor e comprador (FIDA, 2018).

Cerca de 81,5% dos entrevistados não possuem parceria com empresas, indústrias ou comércios locais que vendem seus produtos para um mercado mais amplo, e 14,8% diz que não possui parceria, mas que gostaria. Dentre as declarações sobre a vontade de firmar parceria com terceiros, foi observado que essa possibilidade só seria acessível caso a negociação e pagamento fosse vantajosa para ambas as partes.

Os produtos feitos a partir de PFNMS e comercializados na casa de artesanato vão desde biojóias, vassouras, cestarias até outros produtos como luminárias, esteiras e descanso de panela (Figura 7 A e B).

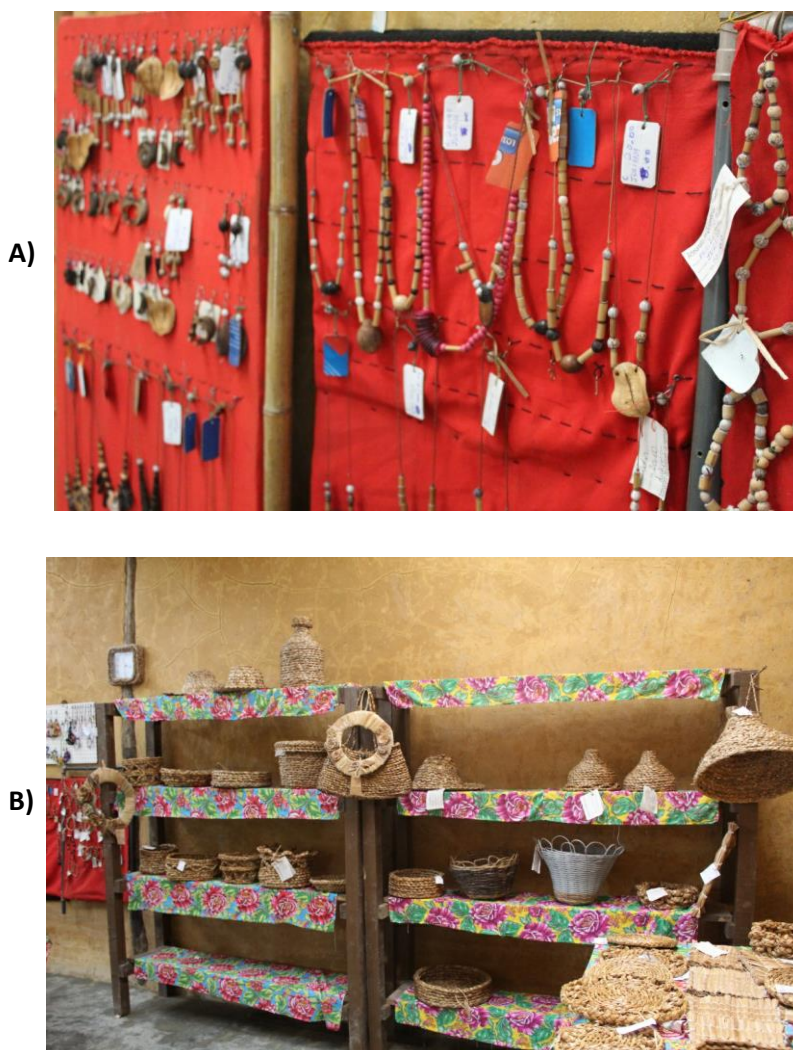


Figura 7. Produtos artesanais expostos e comercializados na Casa de Artesanato. **A)** Biojóias feita de sementes, e bambu. **B)** Cestarias feitas de taboa, cipó timbopeva e Imbé, bem como, descanso de panela, luminárias e esteiras expostas em estante para venda direta ao consumidor. (Fonte: Autora).

4.3 A exploração dos PFNMS e o Racismo Ambiental

Quando questionados sobre as maiores dificuldades para trabalhar com os PFNMS, os entrevistados pontuaram sobre o transporte para escoar a produção, que acaba sendo um processo dificultoso principalmente para as pessoas que não possuem um transporte próprio; comentou-se também sobre o contexto da comunidade para comercializar o produto, já que não possui uma boa infraestrutura comercial. As fronteiras e regras do parque também foram ressaltadas quanto à dificuldade para trabalhar com os produtos, por conta da multa por infração dos limites legais da UC. Ressaltou-se sobre as condições precárias de trabalho, considerando o trabalho árduo que é realizado, sob diferentes contextos climáticos e de salubridade (Figura

8), com a ausência de uma boa infraestrutura técnica e equipamentos de proteção individual (EPI) e com baixa quantidade de mão de obra.

Vale ressaltar também, que algumas pessoas declararam não possuir dificuldades para trabalhar com os PFNMS, mas que durante o próprio relato, mostraram contradição em relação à afirmação. Isso pode ser respondido, por conta da situação de conformidade da precariedade de trabalho, que os leva a acreditar sobre a “normalidade” das dificuldades.



Figura 8. Quilombola realizando a extração de Taboas (*Typha domingensis*), com os pés descalços no taboal. (Fonte: Autora).

A partir da exploração dos PFNMS, observa-se que a renda obtida que envolve a ação produtiva, não supre as dificuldades de trabalho que os moradores têm para colheita e produção das espécies, nem as dificuldades de comercialização e escoamento, já que 63% dos entrevistados dizem obter menos que meio salário mínimo. Também foi observado que muitos entrevistados não conseguiram definir um valor específico, ou pelo menos uma média do quanto recebe a partir da comercialização dos PFNMS, o que acarretou na resposta “*prefiro não responder*”, e assim realçando as problemáticas que permeiam a educação financeira da população brasileira (Figura 9). O principal destino do dinheiro obtido é para as despesas da casa, os entrevistados ressaltaram que a atual conjuntura socioeconômica do país, faz com que qualquer valor seja destinado para o que for urgente no momento, sem um ramo específico.

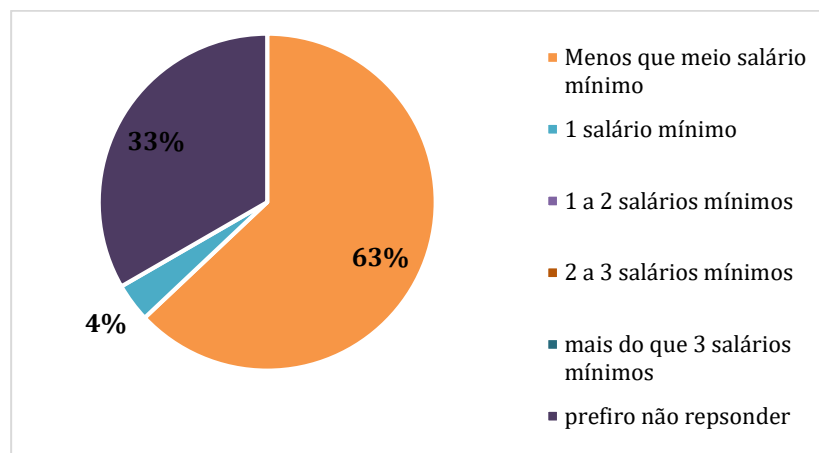


Figura 9. Percentual referente à renda obtida da comercialização dos PFNMS.

Se tratando de uma unidade de conservação de uso sustentável, devemos considerar que o PESM possui um plano de manejo no qual concede uma autorização coletiva para a população local, no que se refere à exploração dos PFNMS. Essa autorização, possibilita que os moradores do local tenham autonomia de trabalhar nos seus sistemas produtivos, respeitando as fronteiras do Parque, assim como respeitando o ciclo de crescimento, desenvolvimento e reprodução das espécies. Mais de 60% dos entrevistados têm conhecimento sobre as leis que regulam a exploração de PFNMS (Figura 10), mas isso não significa dizer que os mesmos têm domínio sobre as mesmas. Durante os relatos, observou-se que a grande maioria dos entrevistados tinha uma noção mínima do objetivo dessas leis, para quem e para o que se aplicavam, mas não conseguiam aprofundar e desenvolver sobre a estrutura das próprias.

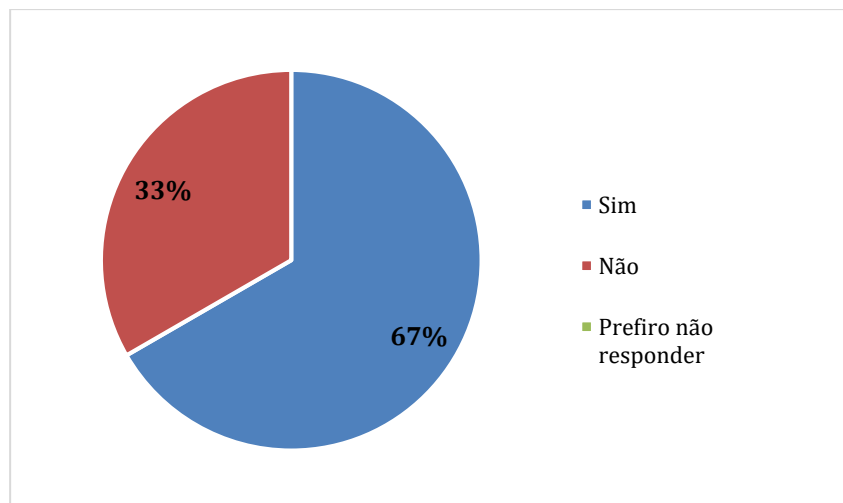


Figura 10. Informação quanto ao conhecimento sobre as leis que regulam a exploração de PFNMS.

Quanto às leis vigentes dentro do PESM e a logística da cadeia produtiva dos PFNMS, os moradores entrevistados relataram um panorama geral da situação, onde a maioria das declarações permeiam mais por um melhor acolhimento a aceitação das leis, de forma a ajudar a logística da cadeia produtiva, do que o contrário. Diz os entrevistados: *“Ajuda mais do que atrapalha, pois preserva a planta na época da floração (exemplo: taboa; cipó)”*. *“Elas ajudam, pois podem preservar espécies de depredação e extinção.”* *“No início da implementação do parque, elas atrapalhavam. Hoje ajudam.”* *“Depende da Lei, pode atrapalhar a subsistência,*

mas pode ajudar a proteção.” Essa pergunta aberta, foi feita com o objetivo de compreender qual ou quais as relações e entendimento da comunidade, quanto os limites e empecilhos que uma lei pode determinar para o modo de vida local. Houve a ocorrência de declarações no que diz respeito ao impasse causado pelas leis na exploração: *“Acredito que na maioria das vezes atrapalha, pois muitas pessoas estão desempregadas e a partir de um manejo adequado, poderia gerar renda”*; *“atrapalha, pois muitas vezes não é permitido a expansão do lugar de plantio”*; *“As leis atrapalham, pois precisa de autorização e às vezes essas espécies são fonte de renda e subsistência”*; *“Pode atrapalhar, depende do produto, pois pode dificultar o acesso ao recurso, como no caso da Juçara, que não pode se cortar, manejar, nesse caso a proibição foi boa.”*. Quanto às leis estão associadas às políticas públicas, o fomento da organização Estado quanto à melhoria na capacitação, acesso, comercialização, manutenção da cadeia produtiva faz com que haja um fortalecimento e maior resiliência da comunidade quilombola. De acordo com as respostas dadas, nota-se que a comunidade gostaria que existissem políticas públicas locais e as mesmas fossem aplicadas ao território, para fortalecimento da cadeia produtiva dos PFNMS, e que principalmente, que a comunidade tivesse algum tipo de acesso às mesmas: *“Elas ajudam, porém não temos acesso”*; *“Se elas existissem para o território, melhoraria”*; *“Se tivessem, ajudaria e melhoraria”*; *“Melhoraria, ainda deixaria o território mais fortalecido (comunidade mais independente)”*. Das possíveis políticas públicas nas quais o território poderia ter acesso, e que fariam com que houvesse um maior fortalecimento coletivo das atividades propostas no espaço, 85% das pessoas disseram não possuir acesso a essas leis públicas. Algumas pessoas comentaram sobre as capacitações fornecidas pelo Instituto de Permacultura da Mata Atlântica (IPEMA), que teve como objetivo o fomento para o planejamento, implementação e manutenção de SAFs. Quanto à delimitação de territórios, 59,3% dos entrevistados concordam parcialmente com essa pergunta. Esse resultado é reflexo da relação da gestão do PESM com a comunidade local. Num primeiro momento, quando ocorreu a implementação da Unidade de Conservação, regras e leis foram criadas com determinada urgência, sem a participação da comunidade no que diz respeito a acordos coletivos. Esse fator, gerou conflitos, ocupações da sede, discussões e multas que foram dadas de forma invasiva, justamente por conta de práticas de manejo tradicionais, que se perpetuaram por diferentes gerações, e que por um momento passaram a ser proibidas. Sendo assim, a exploração e a cadeia produtiva dos PFNMS passaram por saldos negativos. Num segundo momento, essa interferência se tornou positiva, já que depois de diálogos, acordos e ações coletivas, a relação da gestão do parque com os moradores melhorou, fazendo com que acordos que favorecessem ambas as partes fossem criados e a resiliência da biodiversidade e das tradições locais fossem mantidas e fortalecidas. Nos relatos, foi observado que a delimitação dos territórios fez com que se freasse o desmatamento, o qual levaria algumas espécies à nível de extinção, bloqueou a especulação imobiliária, fundiária e o processo de favelização.

Vale ressaltar que por se tratar de uma Unidade de Conservação, não é de livre acesso a compra e venda de imóveis no local, mas foi ressaltado pelos próprios quilombolas, que as fronteiras do parque são zonas de constante conflito em relação ao avanço da especulação imobiliária, e que se não fosse a criação do parque, talvez o próprio território teria se desfeito quanto potência ancestral, para a construção de *resorts*, casas de veraneio, entre outros empreendimentos.

Quanto aos problemas da comunidade, destacam-se como pontos muito ressaltados pelos entrevistados a qualidade da estrada que liga o Quilombo à BR 101, principalmente quando a incidência de chuva é maior, chegando a situações precárias de mobilidade, visto que

a mesma ainda é de terra e não possui uma pavimentação ideal para o local. Também foi ressaltado a qualidade do transporte público, no qual possui horas específicas do dia para transitar pelo Quilombo, e durante chuvas intensas, suspende seu serviço. A infraestrutura do comércio, tanto para circulação do dinheiro interno, fortalecendo a bioeconomia local, quanto para a recepção de turistas, também foi um ponto bastante comentado pelos entrevistados, onde caso melhore, a tendência é atrair mais dinâmicas de oferta e demanda para o território. Um relato muito pertinente, vindo das mães quilombolas, foi sobre o quesito de não haver área de lazer para as crianças, assim como uma própria escola infantil. Outros problemas foram relatados, como a comunicação entre associação de moradores e moradores do próprio território, oportunidades de emprego para jovens que possuem domínio e qualificação do lugar que habitam e a ausência de uma câmara fria para armazenamento do que é produzido.

De todas as problemáticas e dificuldades mencionadas anteriormente, quando questionados sobre os motivos de uma possível mudança de habitação, para outros lugares, as respostas tiveram a mesma lógica: Os moradores locais, mesmo com todas as adversidades do local, da dinâmica de moradia, da resiliência necessária para se manter em um território ancestral, dizem que não existem motivos para sair do território. Muitos ressaltaram que apenas a morte seria o motivo para saída do lugar, outros em situações diferentes, comentaram que só sairiam do território caso houvesse divórcio no casamento. Ressalta-se que quando ocorre a separação de cônjuges, o indivíduo não quilombola não possui permissão de construção ou moradia fixa no território.

5. CONCLUSÃO

Com base nos resultados encontrados podemos concluir que a comunidade tradicional do Quilombo da Fazenda está inserida dentro de um contexto socioeconômico que permite uma maior vulnerabilidade social de seus moradores, fato demonstrado a partir da alta porcentagem de pessoas dentro da faixa do desemprego, com alta dependência dos auxílios sociais criados pelo governo e baixo acesso à uma escolaridade completa.

Existe a continuidade dos saberes ancestrais da produção e colheita de espécies com o objetivo da subsistência, a partir do manejo de seus sistemas produtivos. O escoamento do que se vende em sua grande maioria fica para o espaço do território, fortalecendo a mão de obra interna e a economia local, proporcionando o fortalecimento do turismo de base comunitária.

Compreendendo as dificuldades e desigualdades locais quanto às condições de trabalho e de moradia, assim como a grande dependência com a gestão do Parque Estadual da Serra do Mar, é latente a necessidade da maior atuação do poder público quanto à melhoria na qualidade de vida local. Assim como uma maior concessão da autonomia territorial, para a população. Torna-se necessário também, a criação e aplicação de políticas públicas, que visem um maior fortalecimento dos processos da cadeia produtiva dos PFNMS. A partir dessas ações, é possível que se combata as injustiças sociais e o racismo ambiental.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, H. HERCULANO, S.; PÁDUA, J. A. **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

MIRANDA, Katiuscia Fernandes et al. Manejo Florestal Sustentável em Áreas Protegidas de uso comunitário na Amazônia. **Sociedade & Natureza**, v. 32, p. 799-814, 2022.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo, Brasil: Pólen Produção Editorial LTDA, p. 264, 2019.

ARNOLD, M. J. E.; PÉREZ, M. R. Can non-timber forest products match tropical forest conservation and development objectives? **Ecological economics**, v. 39, n. 3, p. 437-447, 2001.

BRASIL. **Código Civil**. Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

CLIMATE DATA. **Temperatura e precipitações médias em Ubatuba**. Disponível em: <<https://cutt.ly/S8kXhaC>>. Acesso em: 27 fev. 2023.

DEWEES, P. A.; SCHERR, S. J. Policies and markets for non-timber tree products. **Available at SSRN 1292507**, 1996.

DE GROOT, R. S.; WILSON, M. A.; BOUMANS, R. M. J. A typology for the classification, description and valuation of ecosystem functions, goods and services. **Ecological Economics**, Amsterdam, v. 41, p. 393-408, 2002.

FAO (Food and Agriculture Organization of the United Nations). **About non-wood forest products**. Rome: FAO. 2020. Disponível em: <<https://cutt.ly/S8kXRph>>. Acesso em: 25 jan. 2023.

FAO (Food and Agriculture Organization of the United Nations). **The State of the World's Forests 2018**:

FAO (Food and Agriculture Organization of the United Nations). **Towards a harmonized definition of non-wood forest products**. 1999. Disponível em: <<https://cutt.ly/X8kXNKB>>. Acesso em: 24 de outubro de 2022.

FERNANDES, Ana Paula Donicht et al. Fatores limitantes da gestão dos produtos florestais não-madeireiros na APA de Guaratuba. **Ciência Florestal**, v. 30, p. 323-334, 2020.

FERRAZ, R. P. D.; PRADO, R. B.; PARRON, L. M.; CAMPANHA, M. M. **Marco Referencial em Serviços Ecosistêmicos**. Brasília, DF: Embrapa, 2019. 160 p.

FIEDLER, N. C.; SOARES, T. S.; SILVA, G. F. Produtos florestais não madeireiros: importância e manejo sustentável da floresta. **Revista Ciências Exatas e Naturais**, v. 10, n. 2, p. 263-278, 2008.

FUNDAÇÃO FLORESTAL. Plano de manejo - PE Serra do Mar, Fundação Florestal, 2023. Disponível em: <<https://cutt.ly/X8lrXC5>>. Acesso em 25 jan. 2023.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Quilombo da Fazenda aguarda, há quase dez anos, titulação de seu território tradicional. Disponível em: <<https://shre.ink/cxny>>. Acesso em 27 fev. 2023.

FUNDO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA, INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA. **Principais canais de comercialização da Agricultura Familiar**. Salvador, 2018. 52 p. Disponível em: <encurtador.com.br/ckGWZ>. Acesso em: 14, fev. 2023.

GIATTI, Otávio Ferrarim et al. Potencial socioeconômico de produtos florestais não madeireiros na reserva de desenvolvimento sustentável do Uatumã, Amazonas. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 59, 2021.

HERCULANO, Selene. Lá como cá: conflito, injustiça e racismo ambiental. I Seminário Cearense contra o Racismo Ambiental. [S.I] 2006. Disponível em <<https://shre.ink/cxXb>>. Acesso em 24 de outubro de 2022.

IBGE. **“Valor da produção florestal atinge o recorde de R\$ 30,1 bilhões em 2021”**. Portal IBGE, 2022. Disponível em: < encurtador.com.br/gBRY7 >. Acesso em: 09 mar. 2023.

IGNACIO, Viviane de Assis. **Racismo Ambiental**: impactos da injustiça ambiental na população negra. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade São Judas Tadeu, São Paulo, 2022.

INTERNATIONAL UNION OF FOREST RESEARCH ORGANIZATIONS (IUFRO). **Florestas, árvores e o alívio da pobreza na África**: um resumo expandido de políticas. Austria: Eigner Druck, 2021. Disponível em <<https://shre.ink/cxAu>>. Acesso em: 28 fev. 2023.

MA (Millennium Ecosystem Assessment). **Ecosystems and human well-being**: wetlands and water synthesis. Washington, DC: World Resources Institute. 2005.

MARSHALL, E. Factors influencing success: using research findings to predict the livelihood impact of NTFP commercialisation. Florida: University of Gainesville, 2005. 14p

MELLO, N. G. R.; GULINCK, H.; BROECK, P. V.; PARRA, C. Social-ecological sustainability of non-timber forest products: A review and theoretical considerations for future research. *Forest Policy and Economics*, v. 112, p. 102-109, 2020

MENEGHINI, Nancy Vidal *et al.* Racismo ambiental e acesso à justiça pela via dos direitos: uma reflexão sobre o desastre ambiental em Brumadinho e os desafios para a concretização da Agenda 2030. **J² Jornal Jurídico**, v. 4, n. 2, p. 092-108, 2021.

MONTEIRO, M. J. S.; BARROS, P. L. C. **Usos e conhecimentos sobre produto florestal não madeireiro (pfnm) na APA algodoal-maiandeuá, Maracanã**. Dissertação de Mestrado em Ciências Florestais – Universidade Federal Rural da Amazônia. Belém, p.130. 2013.

MONTEIRO, M. J. S. **Produtos florestais não madeiráveis**: as comunidades e a sustentabilidade do desenvolvimento. 1. ed. - Curitiba: Appris, 2021. 171 p.

MOURA, Diego Luz. **Pesquisa Qualitativa: um guia prático para pesquisadores iniciantes**. 1 ed. Curitiba, PR: Editora CRV, 2021.

OBSERVATÓRIO DO CLIMA. **Quem precisa de justiça climática no Brasil?** Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

Organizações da Nações Unidas (ONU). **Resources extraction fuels rights violations and racial subordination**. Disponível em <<https://shre.ink/cxIr>>. Acesso em: 28 fev 2023.

PACHECO, T. “Racismo Ambiental: o que eu tenho a ver com isso?”. **Combate ao Racismo Ambiental**, 2014. Disponível em: <<https://shre.ink/cxn8>>. Acesso em: 28 fev. 2023.

PARRON, L. M.; GARCIA, J. R. Serviços ambientais: conceitos, classificação, indicadores e aspectos correlatos.

In: Parron, L. M. *et al.* **Serviços Ambientais em Sistemas Agrícolas e Florestais do Bioma Mata Atlântica**. Brasília, DF: Embrapa, 2015.

ROSAIO, J. C. **Productos forestales no madereros en Chile**. San Tiago: FAO, 1998. 65p. (Serie forestal, 10).

SANTOS, Angelo Luíz Pacheco dos. **Mudanças no modo de vida de uma comunidade tradicional no contexto da implantação de uma reserva de proteção integral: o caso do Quilombo da Fazenda, em Ubatuba–São Paulo**. 2013.

SANTOS, P. Aterro sanitário em Seropédica/RJ: injustiça ambiental por meio da vulnerabilidade do município. 2014. 151 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2014.

SÃO PAULO. INSTITUTO FLORESTAL / SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE. **Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra do Mar**. São Paulo. Instituto Florestal. 2023.

SHANLEY, Patricia; PIERCE, Alan; LAIRD, Sarah. **Além da Madeira: a certificação de produtos florestais não-madeireiros**. Bogor, Indonésia: Center for International Forestry Research (CIFOR), 2005.

SILLS, Erin *et al.* Evolving perspectives on non-timber forest products. *In:* Shackleton, S.; Shackleton, S.;

Shanley, P. **Non-timber forest products in the global context**. Berlin, Heidelberg: Springer-Verlag, 2011. p. 23-51.

SORRENTI, S. **Non-wood forest products in international statistical systems**. Non-wood Forest Products. Rome: FAO, 2017. Série nº. 22.

STEELE, M. Z.; SHACKLETON, C. M.; SHAANKER, R. U.; GANESHAIAH, K. N.; RADLOFF, S. The influence of livelihood dependency, local ecological knowledge and market

proximity on the ecological impacts of harvesting non-timber forest products. **Forest Policy Economics**, v. 50, p. 285-291, 2015.

SOUZA, Luiz; SILVA, Carlos. Racismo ambiental: colonialidade na exploração territorial. **Boletim do Museu Integrado de Roraima (Online)**, v. 14, n. 01, p. 15-21, 2021.

APÊNDICE

A – Formulário Aplicado às comunidades como Metodologia do Trabalho

Racismo Ambiental: Extrativismo de Produtos Florestais Não Madeireiros

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE

Baseado nas diretrizes contidas na Resolução CNS N°466/2012 - MS

Prezado(a) participante,

As informações a seguir destinam-se a convidá-lo(a) a participar voluntariamente de um projeto de pesquisa intitulado: Racismo Ambiental: Extrativismo de Produtos Florestais Não Madeireiros que objetiva levantar dados sobre racismo ambiental no extrativismo de Produtos Florestais Não madeireiros (PFNMs). O motivo que nos leva a estudar sobre esse assunto é que apesar de muitas pessoas morarem próximas a florestas elas acabam não tendo acesso aos recursos florestais que elas dispõem.

Por isso, esta pesquisa faz parte da minha monografia em Engenharia Florestal, a ser desenvolvida no Laboratório de Produtos Florestais Não Madeireiros (LPFNMs), pertencente ao Departamento de Produtos Florestais (DPF), do Instituto de Florestas/UFRRJ, sob orientação da Prof^a Dr^a Gilmara Pires de Moura Palermo, e tem por objetivo avaliar a percepção de pequenos agricultores e populações tradicionais sobre o racismo ambiental no extrativismo de PFNMs e a partir dos resultados e propor políticas de acesso deste público ao recurso florestal.

Para tanto é necessário formalizarmos a sua autorização para o uso das informações obtidas nos seguintes termos:

- * A sua participação é totalmente voluntária;
- * A pesquisa traz riscos e desconfortos, como a possibilidade da perda do anonimato e cansaço ao responder o questionário, porém esperamos que ela traga benefícios como o entendimento da situação do racismo ambiental durante o extrativismo de PFNM, que poderá servir como base para criação de políticas públicas voltadas para a atividade e será útil em pesquisas científicas futuras sobre o tema;
- * Caso se sinta em riscos ou desconfortável em responder as perguntas no momento da coleta de dados, você poderá encerrar o questionário, sem dano à pesquisa e a si próprio;
- * A coleta de dados têm caráter confidencial e seus dados serão mantidos em sigilo pelos pesquisadores, assegurando a privacidade quanto aos dados pessoais e confidenciais envolvidos na pesquisa;
- * Você e seus acompanhantes serão ressarcido de todos os gastos que tiverem para participarem da pesquisa;
- * Você têm direito à indenização, em caso de danos decorrentes da pesquisa;
- * Os resultados da pesquisa poderão ser divulgados em publicações científicas e de divulgação, preservando sempre a identidade dos participantes;
- * Apesar de não ser necessário, caso queira, você poderá imprimir esse Termo de Consentimento Livre e Esclarecido;

Comprometemos-nos em cumprir com as exigências contidas nos itens acima, bem como consta nas Diretrizes Éticas da Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, nos termos estabelecidos na Resolução CNS N° 466/2012. Caso seja necessário, tenha dúvidas, ou preocupações e desconfortos com o questionário, você pode entrar em contato com: Pesquisadora responsável: Ana Quelly Anacleto da Silva, anaquelly13@ufrj.br, telefone (22) 996087489 Orientador: Gilmara Pires de Moura Palermo, gilpalermo@hotmail.com, telefone

(21) 998331095. Comitê de Ética da UFRRJ: (21) 2681-4707; 26822-1220. Caso já tenha respondido à pesquisa, por favor desconsidere esta mensagem.

*Obrigatório

Nome*

Declaro que li os detalhes descritos acima e que sou livre para aceitar ou recusar minha participação. Você concorda com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido?*

Marcar apenas uma oval.

Sim Não

SEÇÃO 1

1. Idade*

- de 18 a 19 anos
- de 20 a 24 anos
- de 25 a 29 anos
- de 30 a 39 anos
- de 40 a 49 anos
- de 50 a 59 anos
- Acima de 60 anos
- Prefiro não responder

2. Étnico-racialmente, como você se declara? *

- Preto (a)
- Pardo (a)
- Branco (a)
- Indígena (a)
- Asiático (a)
- Outras etnias
- Prefiro não responder

3. Como você se identifica, em termos de gênero? *

- Feminino
- Masculino
- Outros
- Prefiro não responder

4. Qual seu grau de escolaridade? *

- Ensino Fundamental incompleto
- Ensino Fundamental completo
- Ensino Médio incompleto
- Ensino Médio completo
- Ensino Superior incompleto
- Ensino Superior completo
- Pós-Graduado
- Mestre

- Doutor
- Prefiro não responder

5. Você possui filhos*?

- Não possuo filhos (as)
- de 1 a 3 filhos (as)
- de 3 a 6 filhos (as)
- de 6 a 9 filhos (as)
- acima de 10 filhos (as)
- Prefiro não responder

7. Sua casa é própria*?

- Sim, comprei
- Sim, herdei de gerações anteriores
- Não, moro de aluguel
- Outros
- Prefiro não responder

8. Documentos de posse da propriedade*?

- Registro Geral de Imóveis (RGI)
- Escritura
- Contrato de compra e venda
- Termo de Posse
- Contrato de aluguel ou arrendamento
- Formal de partilha
- Sem documentação
- Prefiro não responder

9. Em relação ao saneamento básico a propriedade possui*?

- Sumidouro com tratamento do esgoto
- Fossa séptica
- Caixa de gordura
- Lançamento de esgoto nos cursos hídricos (rios)
- Prefiro não responder

10. Você exerce alguma atividade remunerada*?

- Sim
- Não
- Prefiro não responder

11. Você trabalha de carteira assinada*?

- Sim
- Não
- Prefiro não responder

12. Você recebe algum benefício do governo*?

- Sim
- Não
- Prefiro não responder

13. Recebe renda advinda da produção de produtos extraídos da floresta (artesanato, sementes, polpa, óleo, raiz, garrafada etc.) *?

- Sim
- Não
- Prefiro não responder

14. Qual sua renda mensal*?

- Não tenho nenhuma renda mensal
- Menos que meio salário mínimo
- 1 salário mínimo
- 1 a 2 salários mínimos
- 2 a 3 salários mínimos
- 3 a 5 salários mínimos
- 5 a 10 salários mínimos
- Mais que 10 salários mínimos
- Prefiro não responder

SEÇÃO 2

15. Onde você mora existem florestas?

- Sim
- Não
- Prefiro não responder

16. Você extrai produtos dessa (s) floresta (s)? Quais?

17. Você sabe o que são Produtos Florestais Não Madeireiros (PFNMs)*?

- Sim
- Não
- Prefiro não responder

18. Caso sua resposta anterior tenha sido sim, quais partes das plantas refere-se a esses produtos*?

19. Caso sua resposta tenha sido não, na 18ª pergunta, o que você acredita que seja*?

20. Qual (is) produto(s) abaixo você produz a partir dos PFNMs? Pode marcar mais de uma opção*

- Polpa
- Sementes
- Raiz
- Casca
- Óleo
- Cestaria
- Corda
- Emborrachados
- Mel
- Ceras
- Outros. Quais?

21. Os produtos florestais Não Madeireiros produzidos ou utilizados por você advém do:*

- Extrativismo
- Plantio Convencional
- Manejo de espécies
- Prefiro não responder

22. Qual a finalidade da extração desses produtos? Pode marcar mais de uma opção*.

- Alimentício
- Medicinal
- Cultural
- Religioso
- Cosmético
- Artesanato
- Tanante
- Corante
- Produção de fibras

23. Você tem conhecimento sobre leis que regulam a exploração de PFNMs*?

- Sim
- Não
- Prefiro não responder

24. Você tem autorização para explorar os PFNMs*?

- Sim
- Não
- Não é necessária uma autorização para a exploração dessas espécies
- Não possuo a informação sobre a necessidade de autorização para a exploração
- Prefiro não responder

25. Caso haja leis para a exploração dessas espécies, elas ajudam ou atrapalham a logística da cadeia produtiva*?

- Ajudam
- Atrapalham
- Prefiro não responder

26. Políticas públicas (acesso a crédito, destino dos PFNMs para merenda escolar, subsídio do governo para exploração dos PFNMs, capacitação para a produção e beneficiamento) melhoram a produção e comercialização dos PFNMs*?

- concordo totalmente
- concordo parcialmente
- não estou decidido
- discordo parcialmente
- discordo totalmente

27. Quais das políticas públicas citadas na 25ª pergunta você tem acesso*?

- Programa de crédito do governo, tipo PRONAF ABC + Floresta
- Utilização de ICMS ecológico para implantação de agroflorestas
- Acesso a outros tipos de crédito do governo
- Leis que beneficiam o escoamento da produção para merenda escolar
- Recebimento de subsídio do governo para exploração dos PFNMs

- Regulamentação de posse da terra
- Capacitação advinda do poder público, empresas privadas, ONGs e entidades filantrópicas para extrair, produzir e beneficiar os PFNMs

28. Quais as suas maiores dificuldades para trabalhar com os PFNM*?

29. Como você escoar a produção*?

- Carro próprio
- Transporte pago
- Transporte pertencente ao poder público
- Trem
- Ônibus
- Avião
- Outro tipo. Qual?

30. Quais os meios utilizados para comercialização do produto (PFNM) *?

- Feiras
- Supermercados
- Mercado municipal
- Casa de artesanato ou locais específicos para comercialização
- Venda direta ao consumidor
- Venda para o atravessador
- Outro. Qual?

31. Você possui parceria com alguma indústria/empresa, que vende seu produto para um mercado mais amplo*?

- Sim
- Não
- Não, mas gostaria.

32. Qual a renda obtida com a comercialização dos PFNMs*?

- Menos que meio salário mínimo
- 1 salário mínimo
- 1 a 2 salários mínimos
- 2 a 3 salários mínimos
- Mais que 3 salários mínimos
- Prefiro não responder

33. O que você faz com o dinheiro obtido?

- Ajudo nas despesas da casa
- Gasto com remédios
- Gasto com lazer
- Gasto com alimentação
- Outros. Quais?

34. Quais motivos fariam você sair da comunidade*?

35. Para você quais são os principais problemas da comunidade*?

36. Você acredita que a delimitação de territórios, para a conservação de áreas naturais, foi um fator que interferiu negativamente na exploração e cadeia produtiva do PFNM*?

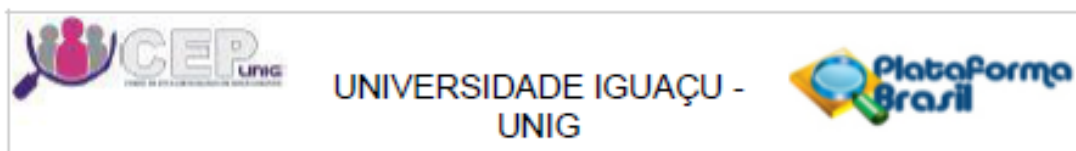
- concordo totalmente
- concordo parcialmente
- não estou apto a responder
- discordo parcialmente
- discordo totalmente

37. Você acredita que o avanço da especulação imobiliária afeta a disponibilidade de acesso às espécies que você utiliza para obter o PFNM?*

- Sim
- Não
- não estou apto a responder

ANEXO 1

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Racismo Ambiental: Extrativismo de Produtos Florestais Não Madeireiros

Pesquisador: GILMARA PIRES DE MOURA PALERMO

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 65012922.4.0000.8044

Instituição Proponente: Programa de Pós-Graduação em Práticas em Desenvolvimento Sustentável

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.890.890

Apresentação do Projeto:

O projeto tem como objeto obter um diagnóstico de exploração e produção dos PFNMs realizados por pequenos agricultores, assentados da reforma agrária e comunidades tradicionais e verificar possível ocorrência de racismo ambiental sofrido pelos mesmos. Para isso, será elaborado um questionário com questões voltadas para o perfil socioeconômico e ambiental, bem como, de levantamento sobre produção e exploração de PFNMs realizados pelos atores envolvidos. Espera-se que com esse diagnóstico obtenha-se resposta sobre racismo ambiental sofrido por comunidades tradicionais e pequenos agricultores na exploração e produção de PFNMs.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo geral:

- Fazer um diagnóstico sobre o racismo ambiental na exploração e produção de Produtos Florestais Não Madeireiros.

Objetivos específicos:

- Levantar dados sobre perfil socioeconômico, ambiental e da cadeia produtiva dos PFNM's explorados por pequenos produtores agrícolas, assentados de reforma agrária e comunidades tradicionais;
- Levantar informações por parte dos atores envolvidos sobre o atendimento ou não dos quesitos legislativos que permeiam extração e escoamento desses produtos; e

Endereço: Av. Abílio Augusto Távora, nº 2134 - BL. A 1º Andar Sala 103

Bairro: JARDIM NOVA ERA **CEP:** 26.275-580

UF: RJ **Município:** NOVA IGUAÇU

Telefone: (21)2765-4039

E-mail: cep@campus1.unig.br; cepunigcampus1@gmail.



UNIVERSIDADE IGUAÇU -
UNIG



Continuação do Parecer: 5.890.690

-Correlacionar as informações levantadas com o quesito do Racismo Ambiental.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os riscos e benefícios estão de acordo com a resolução CNS n.466 de 2021.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa com evidente relevância Científica e Acadêmica em sua área.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos foram apresentados de modo adequado e em consonância com os padrões metodológicos.

Recomendações:

Apresentar relatórios parciais e relatório final do projeto de pesquisa é responsabilidade indelegável do pesquisador principal.

Qualquer modificação ou emenda ao projeto de pesquisa em pauta deve ser submetida à apreciação deste CEP .

O sujeito de pesquisa ou seu representante, quando for o caso, deverá rubricar todas as folhas do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido -TCLE apondo sua assinatura na última página do referido Termo.

O pesquisador responsável deverá da mesma forma, rubricar todas as folhas do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE apondo sua assinatura na última página do referido Termo.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há pendências éticas que justifiquem a recusa do trabalho.

Considerações Finais a critério do CEP:

Apresentar relatórios parciais e relatório final do projeto de pesquisa é responsabilidade indelegável do pesquisador principal.

Qualquer modificação ou emenda ao projeto de pesquisa em pauta deve ser submetida à apreciação deste CEP .

O participante da pesquisa ou seu representante, quando for o caso, deverá rubricar todas as folhas do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido -TCLE apondo sua assinatura na última página do referido Termo. O participante, caso esteja na faixa etária de 12 a 17 anos, deve ainda apor sua assinatura no Termo de Assentimento.

O pesquisador responsável deverá da mesma forma, rubricar todas as folhas do Termo de

Endereço: Av. Abílio Augusto Távora, nº 2134 - BL. A 1º Andar Sala 103

Bairro: JARDIM NOVA ERA

CEP: 26.275-580

UF: RJ

Município: NOVA IGUAÇU

Telefone: (21)2765-4039

E-mail: cep@campus1.unig.br, cepunigcampus1@gmail.



UNIVERSIDADE IGUAÇU -
UNIG



Continuação do Parecer: 5.890.600

Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE apondo sua assinatura na última página do referido Termo.
O Relatório Parcial refere-se a descrição do andamento da pesquisa até a metade de seu tempo transcorrido (número de sujeitos abordados, possíveis problemas de execução, de cronograma, efeitos adversos etc). Deve ser postado como NOTIFICAÇÃO.

O Relatório Final refere-se aos resultados da pesquisa e deve ser postado em NOTIFICAÇÃO quando da finalização do projeto segundo consta no cronograma.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2047402.pdf	18/01/2023 12:23:50		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto_detalhado_brochura_investigador_Correcao_pendencias.pdf	18/01/2023 12:22:12	GILMARA PIRES DE MOURA PALERMO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_correcao_pendencias.pdf	18/01/2023 12:21:46	GILMARA PIRES DE MOURA PALERMO	Aceito
Folha de Rosto	folharostoassinada.pdf	09/11/2022 12:45:29	GILMARA PIRES DE MOURA PALERMO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto_detalhado_brochura_investigador.pdf	08/11/2022 21:20:46	GILMARA PIRES DE MOURA PALERMO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

NOVA IGUAÇU, 13 de Fevereiro de 2023

Assinado por:
José Claudio Provenzano
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Abílio Augusto Távora, nº 2134 - BL. A 1º Andar Sala 103
Bairro: JARDIM NOVA ERA CEP: 26.275-580
UF: RJ Município: NOVA IGUAÇU
Telefone: (21)2765-4039 E-mail: cep@campus1.unig.br; cepunigcampus1@gmail.

ANEXO 2


CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO (Quilombo da Fazenda)

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu,, como representante da Associação da Comunidade dos Remanescentes de Quilombo da Fazenda (ACRQF - CNPJ 08.244.496/0001-50), autorizo nossa participação na pesquisa (membros da AMOQC edemais moradores interessados) e declaro que fomos devidamente informados e esclarecidos pelopesquisador sobre a pesquisa, os procedimentos envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes da mesma. Estou ciente de que nossa privacidade será respeitada, ou seja, nossos nomes serão mantidos em sigilo. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Assinatura e CPF: Cino Braga de Almeida 340 795 33802

(Liderança local)

Assinatura: 

Prof. Gilmara Peres de Moura Palermo
UFRRJ - Instituto de Florestas/DPF
STATE: 2133466

(Gilmara Pires de Moura Palermo - Pesquisador responsável pela coleta do TCLE)

Data 01/12/2022 Local: Seropédica-RJ